

Entrevista à professora Rafaela Pascoal Coelho:

“Ensino de Português a não nativos: olhar crítico sobre a migração atual, suas motivações e as mudanças que ela traz consigo”

Por: Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros¹

Rafaela Pascoal Coelho é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, mestra em Estudos de Linguagens também por esta instituição de ensino superior (2015). Especialista em Inspeção Escolar pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (2012), é graduada em Letras / Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e tem atuado com ensino, pesquisa, elaboração de materiais didáticos e formação docente na área de Português como Língua Adicional.

Presente como palestrante ao III Seminário de Ensino de Português como Língua Estrangeira, organizado pelo Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros, na PUC Minas, concedeu a entrevista que segue, na qual salienta a importância de as universidades atentarem para o fenômeno da migração e as demandas de ensino de língua portuguesa a falantes não nativos.

Conecte-se! - Como se deu sua entrada nessa área de formação para ensino de Português como língua não nativa?

Rafaela Pascoal: Sempre tive fascínio por ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, daí meu desejo por ingressar no curso de Letras. Atuei como professora de Língua Portuguesa e línguas estrangeiras em diversos contextos. O meu primeiro contato com o ensino de Português como Língua Não Materna aconteceu quando cursava uma disciplina junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG e fui convidada a colaborar em cursos de Português como Língua Estrangeira (PLE) oferecidos a intercambistas. Em alguns cursos, fui professora e, em outros, fui tutora de bolsistas de extensão, auxiliando na elaboração e adequação de materiais didáticos, discutindo as experiências

¹ Titular da Coordenação Setorial de Publicações e Produções Acadêmicas da Proex. Editora adjunta da Revista Conecte-se, da Proex PUC Minas. Professora do Departamento de Letras. Editora da Revista do Instituto de Ciências Humanas da PUC. Coordenadora Institucional do PIBID PUC Minas. E-mail: evangela@pucminas.br.

em sala e dando *feedback* sobre a atuação deles e delas. Com o ingresso no mestrado, decidi me dedicar a investigar a formação específica para atuar com PLE no estado de Minas Gerais, tema da dissertação que desenvolvi. Foi durante o mestrado que comecei a atuar em um projeto de extensão para Capacitação de Professores, ministrando cursos de curta duração sobre vários aspectos relacionados ao ensino de Português como língua não materna.

Conecte-se! - O que seria, exatamente, a abordagem denominada pela sigla PLAc? Ela coexiste com algumas outras – PLE, PFOL, etc.: quais as diferenças de abordagens?

Rafaela Pascoal: A sigla PLAc teve origem em Portugal, com o programa Portugal Acolhe, que, dentre as ações de integração para imigrantes, investia na oferta de cursos de Língua Portuguesa para quem chegava ao país, daí o termo Português como Língua de Acolhimento, que vem sendo amplamente discutido por pesquisadores da área. Fato é que a ideia que permeia esta modalidade de ensino é a oferta de cursos que colaborem não só para a aprendizagem instrumental da língua, mas para a integração do aprendiz à nova sociedade, para que ele possa utilizar a língua no dia a dia, nas atividades laborais, na garantia de direitos e no cumprimento de deveres.

Quem ingressa na área de ensino e pesquisa de Português como língua não materna precisa lidar com uma variedade de siglas, e diferenciá-las pode não ser tarefa fácil. Percebo que há um movimento por parte da academia para a adoção da sigla PLA (Português como Língua Adicional), na tentativa de usá-la para abarcar as modalidades de ensino de Português como língua não materna. Porém, a adoção do termo está em constante discussão e alguns pesquisadores optam por não adotá-la. A meu ver, é importante estabelecer um termo que englobe todas as modalidades, porém, também compreendo que cada sigla determina um contexto específico de ensino, com suas características e particularidades, pautado por teorias sobre o ensino de línguas há muito conhecidas na academia.

Sabe-se que o ensino de um idioma como língua estrangeira acontece de maneira diferente do ensino de segunda língua, por exemplo. O que varia não é só o contexto em que a língua é ensinada, mas também o propósito do ensino, determinado por como o aprendiz agirá linguisticamente por meio dele. Por esse motivo, podemos destacar pesquisadores que optam por adotar termos que tratam especificamente de seu recorte de investigação, como: PLE (Português como Língua Estrangeira, em contextos de não imersão e/ou aprendizagem instrumental da língua); PL2/PSL (Português como Segunda Língua, em contextos em que o Português possui o estatuto de língua oficial e/ou não é a primeira língua de socialização do aprendiz); PLH (Português como Língua de

Herança, em contexto de ensino em diásporas, geralmente oferecido a filhos de imigrantes); PBE (Português do Brasil para estrangeiros, em contextos em que há a necessidade de destacar a variante brasileira em relação a outras variantes); PLAc (Português como Língua de Acolhimento, em contextos de ensino que objetivem a integração de refugiados, imigrantes e portadores de visto humanitário que possam estar em situação de vulnerabilidade); PLA (Português como Língua Adicional) e PFOL (Português para Falantes de Outras Línguas, quando se refere a mais de uma modalidade de ensino).

Conecte-se! - No seu ponto de vista, quais são os maiores desafios enfrentados, no contexto atual, para atendimento do público-alvo do PLAc?

Rafaela Pascoal: A meu ver, colaborar com o ensino de língua representa um grande passo no acolhimento de imigrantes, refugiados e portadores de visto humanitário. Os desafios para estruturar iniciativas de ensino de língua são vários e vou tentar listá-los.

- Quem oferta: geralmente, as ações de atendimento a estrangeiros encontram força no terceiro setor, como Organizações não governamentais (ONG), Igrejas e Associações. As instituições de ensino superior têm desenvolvido diversas estratégias por meio dos programas de extensão, porém, cabe ao poder público assumir maior responsabilidade, seja em forma de logística e/ou de financiamento, para que seja possível um atendimento efetivo, em todo o território nacional.
- Quem ensina: apesar de os cursos de PLAc contarem com a boa vontade de voluntários, nem sempre são profissionais formados na área de línguas e/ou não possuem uma formação específica para atuar nesse contexto. O acompanhamento de um profissional da área poderia auxiliar na capacitação de professores, definição de estratégias, abordagens e materiais;
- Quando se ensina: alguns cursos são ofertados em horário comercial, o que pode representar uma dificuldade para quem trabalha e/ou estuda. Portanto, a carga horária e os encontros devem ser pensados em horários e formatos que atendam às necessidades dos aprendizes;
- Onde se ensina: por não estarem vinculados à educação formal regular, muitos cursos acabam acontecendo em espaços cedidos, como salas comerciais, salões paroquiais, salões de festas, à mercê da falta de estrutura e mobiliário mínimo para desenvolvimento das atividades.

Ainda, cabe ressaltar que, para propor uma estratégia de acolhimento que seja realmente significativa, é preciso incluir diversos outros setores, e mobilizar redes de ações que prestem apoio laboral, psicológico e jurídico.

Conecte-se! - Na elaboração do “currículo” a ser adotado, quais são os principais aspectos observados?

Rafaela Pascoal: Elaborar um currículo não é tarefa fácil, mas observar algumas questões que permeiam o ensino pode ser um ato determinante para o sucesso de cursos de PLE. É importante levar em consideração aspectos como o perfil do aprendiz, os propósitos da aprendizagem, os conteúdos considerados necessários para alcançar os objetivos definidos, a elaboração de material didático que seja significativo e a avaliação de todo o processo.

Conecte-se! - No CEFET-MG, instituição já com certa experiência nesse campo de atuação docente, como se definem / se elaboram os materiais didáticos?

Rafaela Pascoal: Tendo em vista a escassez de materiais desenvolvidos para este contexto, as opções são limitadas. Muitas vezes, os materiais disponíveis são elaborados para utilização em contextos específicos de ensino e aprendizagem, trazendo lições localizadas, com demandas regionais, que são aproveitadas parcialmente ou necessitam de um processo de adaptação. Portanto, a equipe responsável pelo curso opta, muitas vezes, por elaborar o próprio material, para atender às demandas específicas de cada turma, com suas características e necessidades. Uma turma de mesmo nível pode ter características distintas de um semestre para o outro, o que demanda um atendimento especializado para cada momento do curso.

Conecte-se! - Como pesquisadora dessa área de ensino, que dificuldades se destacam no que tange à formação de professores para Português como língua não materna?

Rafaela Pascoal: Como pesquisadora, tenho me dedicado no mestrado e no doutorado a investigar processos de formação de professores para atuar em contextos de ensino de Português como língua não materna. Percebo que a maior parte das iniciativas de formação está vinculada a instituições de ensino que oferecem atividades envolvendo o ensino de PLE. As ações são propostas geralmente de acordo com a realidade das instituições, para atender a demandas locais e específicas, como o atendimento a alunos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), por exemplo.

Mesmo a legislação vigente determinando que os profissionais em formação em Letras devem ser apresentados a todas as possibilidades de atuação que o curso oferece, muitas instituições sequer fazem referência à área de PLE, para que seus alunos tomem conhecimento, principalmente as instituições que não possuem um histórico de ensino de PLE. Acredito que ações de incentivo para divulgação científica e parcerias entre instituições seriam um bom começo para mudar esta realidade.

Conecte-se! - Para você, o que seria necessário, do ponto de vista institucional (legislação, atuação do Ministério das Relações Exteriores e outras instâncias afins), para facilitar o acesso dos imigrantes à língua e a tudo o que advém desse domínio?

Rafaela Pascoal: Algumas ações positivas podem ser destacadas, como a aprovação da chamada Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017), o Decreto que a regulamenta (Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017), e, em Minas Gerais, o Decreto 46.489, que institui o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (Comitrate).

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através da Portaria 021/2018, de 20 de fevereiro de 2018, estabeleceu a criação do Núcleo de Línguas e prevê o ensino de Língua Portuguesa para alunos falantes de outras línguas e seus familiares. Apesar do recente avanço no estabelecimento de leis específicas, muito ainda precisa ser feito.

Não há, a nível nacional, uma iniciativa institucionalizada que ofereça um acolhimento que leve em consideração, enquanto política de Estado, a importância do ensino de Língua Portuguesa para a integração dos migrantes. Acredito que isso se dá, em partes, porque tanto a população brasileira quanto os governantes possuem visões divergentes do fluxo migratório atual.

Um aspecto importante para a exigência de uma política nacional de acolhimento seria uma mudança no entendimento do senso comum sobre a migração. Muitos teóricos da área tratam sobre a educação do entorno, e esse é um passo muito importante. Seria papel do Estado, por exemplo, estabelecer e acompanhar redes de apoio em locais que tradicionalmente recebem grande quantidade de migrantes. É necessário que a sociedade lance um olhar mais crítico sobre a migração atual, suas motivações e todas as mudanças que ela traz consigo.